



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7932 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 15 - Educação Especial

O CONTEXTO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA NO CAMPO DO ENSINO DE GEOGRAFIA E OS CAMINHOS PARA A INCLUSÃO DE EDUCANDOS CEGOS

Jaqueline Machado Vieira - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo dos Santos - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

O CONTEXTO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA NO CAMPO DO ENSINO DE GEOGRAFIA E OS CAMINHOS PARA A INCLUSÃO DE EDUCANDOS CEGOS

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

Esse artigo é um recorte da dissertação de mestrado defendida no ano de 2018 no Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), intitulada: “Para ver os mapas com palavras: audiodescrição como recurso pedagógico no ensino de geografia para a inclusão de pessoas com deficiência visual”.

Tem como objetivo colaborar de forma teórica e prática na construção de práticas de ensino para que professores de geografia possam trabalhar de forma remota/digital e presencial com seus educandos com e sem deficiência visual. Contribuindo, assim, com a perspectiva da educação inclusiva e colaborando para um ensino de qualidade que possa incluir os educandos com e sem deficiência visual na escola.

As Tecnologias Assistivas com os recursos em Audiodescrição auxiliam os educandos com deficiência a superarem as barreiras contra a acessibilidade. Vale ressaltar que ao tratarmos sobre as tecnologias assistivas, também inserimos a reflexão crítica sobre a situação das condições de acesso às tecnologias por parte desses sujeitos. Analisamos como a ferramenta em Audiodescrição no ambiente escolar irá, de fato, colaborar para incluir os estudantes com deficiência visual.

A representação cartográfica foi o eixo temático de ensino-aprendizagem da Geografia que abordamos. Refletimos sobre como ler e analisar os mapas por meio do

recurso em Audiodescrição. Os mapas ganham destaque devido seu dinamismo espacial e temporal para explicar os fenômenos, por isso, devem ser trabalhados pelo professor em sala de aula por meio de atividades que estimulem o educando a se orientar, se localizar e a fazer projeção de simbologias do local onde está inserido, ou até mesmo, de objetos que o cercam, como exemplo, a mesa escolar de estudos.

Palavras chaves: Audiodescrição. Cegos. Ensino de Geografia. Tecnologias Assistivas. Inclusão.

DESENVOLVIMENTO

No contexto da educação, o termo inclusão admite, atualmente, significados diversos, cabe ressaltar que na perspectiva inclusiva, o papel do professor é o de fazer possíveis mediações para que seus educandos, conforme seus diferentes níveis de aprendizagem, tenha acesso aos objetos de aprendizagem em sala de aula que os permita atingir cada vez mais a autonomia intelectual. Devemos lembrar que a inclusão já é determinada pela lei, porém a questão da diferença entre acesso e as formas de permanência desses educandos é que ainda precisamos discutir de uma maneira mais próxima as necessidades específicas de seus educandos.

As práticas inclusivas, advêm não somente das novas metodologias pedagógicas, mas dependem também, da sua realização por meio da convivência partilhada (interação) com respeito às diferenças entre educandos com ou sem deficiência nos diferentes territórios.

Todavia, ressaltamos que é imprescindível reconhecer que o conhecimento teórico vai influenciar nas ações e práticas educativas, por isso, é preciso estudos por parte dos educadores a fim de construir um olhar libertador, humanizado e de percepções, mas principalmente de posicionamento, que potencializem e encorajem os sujeitos a se socializarem dentro da sala de aula. Isso é a parte político-ideológica da educação inclusiva, que aqui discorreremos pautado nos autores (FREIRE 1987; MENDES, 2006), e que se conecta de maneira afirmativa na inclusão tanto no âmbito escolar quanto da sociedade como um todo.

A inclusão escolar está diretamente ligada à inserção de novas ideias. O processo educacional inclusivo exige mudanças e rompimentos com características excludentes existentes nas escolas e propõe uma nova estrutura, reconhecendo e valorizando a diversidade como condição humana. Acerca do debate sobre a deficiência, é necessário refletirmos sobre a Lei da Acessibilidade nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida:

Art. 1º Esta lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a superação de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. Art. 2º Para fins desta lei são estabelecidas as seguintes definições: I – Acessibilidade: possibilidade e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoas com deficiência, ou com mobilidade reduzida; [...]d) barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam

ou não de massa (BRASIL, 2000).

Essa Lei de Acessibilidade representou um marco importante na sociedade brasileira para as pessoas com deficiência seja ela visual, motora ou auditiva, pois mediante a ela todos podem requerer acesso e autonomia, quebrando também a barreira comunicacional, que a partir das novas tecnologias podem expandir esse sistema de maneira igualitária a todos. Levando em consideração esta afirmação é preciso refletirmos sobre as condições de acesso e permanência dos alunos nas escolas, considerando que além de reforçar suas especificidades devem quebrar barreiras para que os mesmos sejam inclusos. Por isso, a luta dos movimentos sociais pela perspectiva da inclusão é a busca constante pelo acesso e permanência desses educandos.

Quanto aos procedimentos metodológicos, trouxemos a construção e o desafio que foi a elaboração de uma pesquisa experimental. O objetivo principal deste trabalho foi trazer a análise passo a passo sobre a nossa criação de um Protótipo manual que contribua na inclusão das pessoas com deficiência em sala de aula, ou seja, que forneça novas metodologias de ensino para os professores expandirem suas metodologias em sala de aula. Essa construção tecnológica e manual, é essencial para atualidade, pois dará desenvoltura tecnológica, tanto aos profissionais educadores da geografia quanto de outras áreas que carecem da utilização das novas tecnologias digitais e sociais no cotidiano escolar, podendo ser expandida a outras áreas do conhecimento e a sociedade em geral.

A representação espacial dos mapas dentro do ensino de geografia é uma forma de ajudar o professor a organizar o conhecimento ensinado e o estudante a organizar suas ideias e os conceitos aprendidos nas aulas. As representações cartográficas desempenham papel chave para representar o local de vida do estudante. Um conhecimento que articula ação, sentimento e pensamento consciente, é favorável e importante para professores e educandos dentro de uma sala de aula.

A Geografia, como ciência, é pautada em sua capacidade de discutir os fenômenos da realidade em sua totalidade. Ela possibilita a reflexão da relação sociedade e natureza, sendo o espaço geográfico o seu objeto de estudo central. Neste debate, nossas referências são Almeida (2002) e Castellar (2011) especialistas em cartografia e suas diferentes linguagens em sala de aula para o ensino de geografia.

Partindo, portanto, das reflexões teóricas elaboradas, na busca de propor metodologias inovadoras para a mediação do processo de aprendizagem entre professor-aluno é que resolvemos trabalhar através da pesquisa experimental que consistiu na gestação e elaboração (ou pré-linha de produção) de material didático analógico, criado manualmente, podendo ser feito anteriormente o desenho universal do mesmo. Em seu processo de efetivação, temos as etapas: o passo a passo de como foi feito o produto e seus respectivos teste e análises (quadro 1).

Quadro 1: Etapas do Desenvolvimento do Material Didático Inclusivo.

Fonte: Autor (2018).

Sendo assim, foi criado um material analógico que serviu como base para os professores trabalharem em sala de aula. Este material pode conter, em seu interior, diversas imagens, em nosso caso, resolvemos trabalhar a imagem do Mapa do estado de Mato Grosso do Sul destacando suas cinco principais cidades e nele acrescentamos uma audiodescrição detalhada, textual e gravada.

Ainda nesta fase, agregamos a utilidade de se ler todas as imagens, mapas ou paisagens respectivas nos estudos/ conteúdos da geografia para que os professores

relembrem passos importantes da cartografia que envolve elementos fundamentais, como a proporção, escala, localização e orientação e assim, através desse material didático possa reformular seus conteúdos pedagógicos.

CONCLUSÕES

A sociedade necessita refletir sobre este tema a fim de colocar em prática os modelos educacionais inclusivos permanentes. Mas, para isto, é preciso salientar que não temos na realidade uma formação profissional adequada para a maioria dos educadores, por isso, precisamos avançar para potencializar esse debate a fim de gerar modificações, realmente significativas nos ambientes escolares.

Os educadores, não podem se alienarem do processo de construção e inovação para práticas educativas que visam incluir as pessoas com e sem deficiência, num mesmo espaço, mas, para isto, é preciso debater quais são essas formas metodológicas mais eficazes para potencializa-las e torna-las, de fato, acessíveis e permanentes, caso contrário, corremos o risco da contradição, segregando e excluindo ainda mais os estudantes com deficiência.

Portanto, ressaltamos a necessidade de mais práticas avaliativas que forneça mecanismos que contribuam não somente com o acesso, mas também, com a permanência de todos educandos com deficiência nas escolas públicas de todo Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosângela Doin de. (Orgs.). **Novos rumos da Cartografia escolar: currículos, linguagem e tecnologia**, São Paulo: Contexto, 2011. p. 91-147.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: . Acesso em 28 ago. 2020.

CASTELLAR, Sônia; VILHENA, Jerusa. **Ensino de Geografia**. São Paulo: Cengage Learning, 2011. (Coleção ideias em ação).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MENDES, E.G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Revista Brasileira de Educação Especial, v.11, n.33, set./dez. 2006.

SANT'ANNA, Laércio. **A Importância da audiodescrição na comunicação das pessoas com deficiência**. In: MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; FILHO, Paulo Romeu (Orgs.). Audiodescrição: transformando imagens em palavras. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010. p. 151-158.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

VIEIRA, Jaqueline Machado. **Para ver os Mapas com Palavras: Audiodescrição como Recurso Pedagógico no Ensino de Geografia para a Inclusão de Pessoas com Deficiência Visual**. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados MS, 2018.

